

Lei Rouanet capta apenas 13,7% dos valores aprovados na região

Lei Rouanet capta apenas 13,7% dos valores aprovados na região

Em 30 anos, Grande ABC angariou R\$ 66,2 milhões por meio da lei, que busca desenvolver a cultura

RENAN SOARES renansoares@igabc.com.br

“Sem esse mecanismo teriamos muito menos expressões de cultura em nosso País”, diz Sérgio Schwindt, diretor da Orquestra Locomotiva. A instituição de Santo André, que nos últimos 15 anos atua na inclusão sociocultural de crianças e adolescentes, é um dos projetos da região que captaram recursos por meio da Lei Rouanet, sancionada visando fomentar a atividade cultural no Brasil. No Dia Nacional das Artes, comemorado hoje, este fato está longe de ser a realidade para os agentes culturais que buscam o dispositivo para captar recursos no Grande ABC.

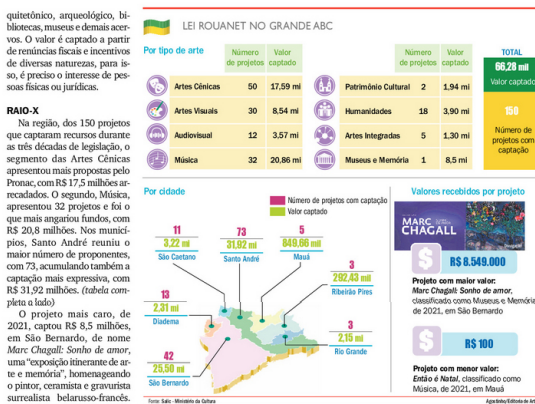
Segundo dados do Satic (Sistema de Acesso às Leis de Incentivo à Cultura), do MinC (Ministério da Cultura), nos mais de 30 anos da legislação, sancionada em 23 de dezembro de 1991, a região captou apenas 13,7% dos recursos aprovados pelo governo federal. No total, 867 propostas do Grande ABC foram enviadas ao MinC por meio do dispositivo, com R\$ 489,5 milhões aprovados após análise da Pasta, porém, deste valor, apenas 150 conseguiram angariar fundos, que somam R\$ 66,3 milhões nos três décadas da lei.

Segundo explica Schwindt, o processo para captação dos recursos não é nada simples, o processo é burocrático. “Não tem nada fácil, primeiro porque se tem o desafio de ser habilitado, o que exige conhecimento da legislação e do processo. Depois da habilitação, ainda se deve convencer pessoas públicas e jurídicas que o seu projeto está apto para impactar socialmente a vida das pessoas, concorrendo com artistas com mais de 30 anos no mercado”, relata.

A lei nº 8.313, popularmente conhecida como Lei Rouanet, instituiu o Proac (Programa Nacional de Incentivo à Cultura), método para captar e canalizar recursos para o setor. O dispositivo visa beneficiar diversos segmentos artísticos e culturais, entre eles, a preservação do patrimônio cultural, histórico, ar-



LOCOMOTIVA. Organização que ensina música a crianças e adolescentes é um dos proponentes que arrecadaram recursos por meio da lei



quitétnico, arqueológico, bibliotecas, museus e demais aces- vos. O valor é captado a partir de renúncias fiscais e incentivos de diversas naturezas, para isso, é preciso o interesse de pes- soas físicas ou jurídicas.

RAIO-X

Na região, dos 150 projetos que captaram recursos durante as três décadas de legislação, o segmento das Artes Cênicas apresentou mais propostas pelo Proac, com R\$ 17,5 milhões as- recordados. O segundo, Música, apresentou 32 projetos e foi o que mais angariou fundos, com R\$ 20,8 milhões. Nos municí- pios, Santo André reuniu o maior número de proponentes, com 73, acumulando também a captação mais expressiva, com R\$ 31,92 milhões. (tabela completa à lado)

O projeto mais caro, de 2021, captou R\$ 8,5 milhões, em São Bernardo, de nome Marc Chagall: Sonho de amor, uma “exposição itinerante de arte e memória”, homenageando o pintor, ceramista e gravurista surrealista belarusso-francês. No mesmo ano, a proposta de nome Então é Natal, de Maui, propôs um espetáculo musical apresentado por um coral acompa- nhado de uma banda, mas teve apenas R\$ 100 de valor cap- tado, o menor em três décadas na região.

Representando apenas 0,58% do valor total captado pe- lo Estado, os R\$ 66,3 milhões da região ainda enfrentam um problema. Grande parte do montante captado no Grande ABC não foi investido nas sete ci- dades, como, por exemplo, a construção do Teatro Padre

origem da proposta. “A lei não tem essa obrigação, isso acon- tece, é muito comum. Dando um exemplo, o maior projeto de fes- ta popular no Brasil, com exceção do carnaval do Rio de Janei- ro, é o Festival Folclórico de Pa- raitins, que acontece no Amazo- nas, e ele é quase que totalmen- te mantido pela Rouanet. A pro- pósito deste projeto tem sede em São Paulo, e quando se pu- xa pelo sistema esta como São Paulo”, revela.

Segundo o secretário, as leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc es- tão fazendo este papel. “Existe uma relação federativa, onde o MinC repassa dinheiro aos pró- prios municípios e Estados. Em fomento direto, sem terceiro elemento”, finaliza Menezes.

Conforme mostrou o Diário em julho, o Grande ABC terá R\$ 21 milhões disponíveis pa- ra o setor cultural por meio da Lei Paulo Gustavo. A região te- ve seu plano de ação aprova- do pelo MinC e já prepara- seus editais.

Secretário nacional explica a lei após ataques ao incentivo fiscal para a cultura

Em entrevista ao Diário, o secretário nacional de Economia Criativa e Fomento Cultural – pasta ligada ao MinC (Ministério da Cultura) –, Hilton Menezes, defendeu a Lei Rouanet, mecanismo de incentivo fiscal para a cultura, sancionada visando fomentar a atividade do setor no Brasil, em 1992. Conforme explica Menezes, por meio da legislação, o governo “alicia dos impostos para que o setor se desenvolva”.

Nela, o agente cultural apresenta seu projeto para o MinC, que avalia se está dentro dos pa- rametros legais. Depois, o pro- pONENTE busca um investidor, que pode fornecer para o proje- to, se for pessoa física, até 6% do imposto federal, e, se for jurí- dica, até 4%.

“A Rouanet é um mecanismo de incentivo fiscal, concedido pelo Governo Federal para de- senvolvimento de um segmen- to econômico do Brasil. O gover- no concede incentivos fiscais a dezenas de outras áreas da eco- nomia. Essa leitura que o in- centivo fiscal para a cultura é ‘ma- mata’ é totalmente torta e envie- sada, e de certa forma, é maldo- sa. Nis, do setor cultural, repre- sentamos hoje, 3,1% do PIB, conforme mostra dados recen- tes do Observatório Itaú Culti- ral de 2023”, explica Menezes.

Do outro lado da história, Sérgio Schwindt, diretor da Orque- stra Locomotiva, instituição de Santo André, que nos últimos 15 anos atua na inclusão sociocultural de crianças e adolescen- tes, transformando realidades através do ensino da música, também defende a legislação e avalia o impacto da lei na vida das cerca de 600 pessoas que participam de seu projeto.

“Os alunos que passam pelo Locomotiva tem uma melhoria no comportamento, além de au- mentar suas notas nas escolas, e vários têm avanços em ques- tes emocionais, pois eram retraí- dos, tímidos e até depressivos, mas encontraram nesse ambien- te a amizade, cuidado e reali- zação”, ressalta Sérgio. Hoje, o va- lor captado pela lei representa 40% dos recursos da orquestra, que atende as crianças de segun- da a sexta-feira.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Saúde Pagina: 1